

A SÉTIMA PILASTRA DO TEMPLO DE KARNAK COMO FONTE SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS

RAFAEL DOS SANTOS PIRES

Universidade de São Paulo; Bacharel em História

rafael.pires.sp94@gmail.com

As pilastras do templo de Amon em Karnak são bastante interessantes, uma vez que seu discurso escrito, sua iconografia e seu ambiente são capazes de demonstrar relações sociais presentes entre as camadas mais altas. Mas por que escolher as fontes atreladas a tal templo? Em primeiro lugar, devido à origem da Casa real que passa a governar o Egito pós-reunificação: é a Casa Tebana que passa a administrar o Alto e o Baixo Egito durante o Reino Novo, tendo Amon como seu deus-patrono. Atrelado a isso está o papel de destaque que a classe sacerdotal dedicada a essa divindade exerceu durante os primeiros governos da XVIII Dinastia. Tão grande era a força político-ideológica dos sacerdotes de Amon nesse período que eles eram vistos como um dos instrumentos de sucessão faraônica, atuando através do que se conhece por *revelações*: “a ascensão deixava claro que a mãe do rei foi engravidada por Amon-Rá, não pelo pai presente do rei, e era esse nascimento ‘divino’ que assegurava que a criança envolvida se tornaria de fato o próximo rei” (O’CONNOR, 2006, p. 23-24). Tal ideologia, além de assegurar perante a sociedade um discurso que promovia a legitimação do novo rei, abre espaço para que os sacerdotes de Amon tenham uma área de negociação maior com a Casa Real, criando-se, assim, um ambiente propício tanto para alianças quanto para disputas.

Com esse panorama geral em mente, propomo-nos, então, a analisar a sétima pilastra¹, construída durante o reinado de Tutmés III (c. 1479-1425 a.C.), sexto faraó da XVIII Dinastia. Seu período é marcado por constantes expedições militares (O’CONNOR, 2006, p. 5), principalmente voltadas para a região do Levante (BRYAN, 2000, p. 243). Tal elemento militar pode ser percebido nas próprias *revelações da sétima pilastra*, que abarcam narrativas sobre algumas dessas campanhas, sendo, assim, um importante conjunto auxiliar no entendimento das dinâmicas políticas e religiosas estabelecidas entre as elites e o faraó em questão.

Logo no início da narrativa sobre a primeira campanha pode ser percebido o forte vínculo entre a religião e a guerra:

¹ Optou-se por utilizar a tradução realizada por Redford em *The Wars in Syria and Palestine of Thutmose III*, Leiden: Brill, 2003.

[Sua Majestade viajou para] Retenu para esmagar os estrangeiros dos países do norte na sua primeira campanha vitoriosa, seguindo as ordens de Amon-Rá, Senhor de Karnak, aquele que o lidera bem, e garante a [ele título] (?) para todos os países estrangeiros – os Nove Arcos amontoados sob [suas sandálias...] (*Revelações da Sétima Pilastra*, In. REDFORD, 2003, p. 121).

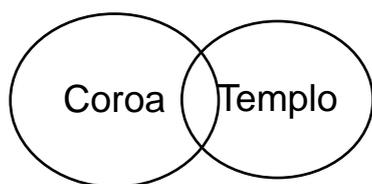
Nessa passagem, surgem dois pontos que merecem destaque. O primeiro deles é a escolha de Retenu como foco da campanha inicial do reinado de Tutmés III. Deve-se ter em mente que, tal região era visada, pelo menos, desde o processo de reunificação do Alto e do Baixo Egito. Segundo alguns autores, isso se deve ao fato dela ser um dos redutos hicsos na região levantina, principalmente a cidade de Sharuhen (BUZBY, 2002, p. 1-2, 16; FRIZZO, 2010, p. 31). Apesar de encontrar-se pacificada ao menos desde o reinado de Tutmés I, o que inclusive possibilitou a expedição durante o governo desse último para regiões próximas a Mitanni, causando certas tensões e mesmo um conflito direto (SPALINGER, 2005, p. 51), os governantes dessa região viram na sucessão conturbada de Hatshepsut por Tutmés III, um momento de buscar sua independência da administração egípcia e marchar sobre as terras desse poderoso inimigo; tal objetivo fica ainda mais palpável para as cidades-Estados levantinas por poderem contar com o apoio tanto dos hititas quanto do próprio reino de Mitanni (REDFORD, 2006, p. 330). Contudo, e é isso que *As revelações da sétima pilastra* demonstram, Tutmés III organiza uma expedição preventiva (REDFORD, 2006, p. 329), a qual acaba por sufocar a rebelião asiática.

O segundo ponto é o papel que a divindade de Tebas assume no conflito: Amon aparece como o mentor e o líder da campanha contra Retenu, sendo o faraó um seguidor de suas ordens. Embora não se possa perder de vista o caráter religioso, tal afirmação possui também uma implicação política: de acordo com Buzby, Ahmés, assim como Kamés, atribuíam suas vitórias a Amon. Desse modo, o templo dessa divindade em Karnak ganhou força, se tornando o centro da religião de Estado, “com o faraó atuando como sacerdote, guerreiro, construtor e governante” (BUZBY, 2002, p. 3). Tal elemento continuou sendo processado pelos sucessores Ahmés durante a XVIII Dinastia.

É importante destacar que a classe sacerdotal via o desenvolvimento do imperialismo egípcio com bons olhos, uma vez que boa parte dos saques e dos butins eram destinados aos templos. “Foi nesse constante estado de guerra que os sacerdotes prosperaram e quaisquer faraós pacíficos eram vistos como uma anormalidade” (BUZBY, 2002, p. 3). Sendo assim, uma vez que era o principal centro religioso, Karnak foi também um dos principais pontos beneficiados pelo imperialismo que marcou o Reino Novo:

Então Minha Majestade trouxe as esposas dos chefes que estavam [com ele] e todas suas crianças. E Minha Majestade deve essas mulheres [e (9) as crianças para a casa de trabalho de meu pai Amon...] e seus trabalhos [foram utilizados] para o templo de Amon. Além disso, Minha Majestade autorizou [... três cidades para meu pai Amon, 'nomeadamente'. Nugas era o nome de uma, Yeno'am o nome da outra, e Harenkar] o nome da última. Seus trabalhos eram atribuídos ao templo de meu pai Amon, como uma taxa todo ano. Então Minha Majestade pegou essas esposas dos condenados de Kadesh como butim (10) [...para] meu pai Amon, com uma taxa de trabalho no decorrer de 'cada' ano (*Revelações da Sétima Pilastra*, In. REDFORD, 2003, p. 121).

Nesse trecho, referente aos butins obtidos na primeira campanha contra a região do Levante, pode-se perceber os benefícios econômicos desfrutados pelo templo de Karnak durante o governo de Tutmés III, seguindo a tradição de seus antecessores. Nesse caso, o estabelecimento de uma relação econômica entre Coroa e Templo pode ser percebido, levando-se em consideração a terra – representada através das cidades concedidas ao templo – , a partir de duas perspectivas, não necessariamente excludentes: 1) a doação de terras como instrumento de intervenção do poder real, buscando estabelecer alianças com as elites locais (MORENO GARCÍA, 2013, p. 2) – nesse caso, aqueles elementos pertencentes ao grupo sacerdotal; e 2) a doação de terras como resultado da manipulação das ações reais através da religião a fim de que os interesses do grupo sacerdotal fossem atendidos (BUZBY, 2002, p. 4). A partir desse duplo movimento pode-se constatar, então, que ambos os grupos desfrutam de certa zona de influência sobre o outro, alterando, então, o esquema de pirâmide através do qual a sociedade egípcia é constantemente vista. Baseando-se no modelo de Cruz-Urbe (1994, p. 50), temos para essa relação entre classe sacerdotal e Coroa, de acordo com as *Revelações da Sétima Pilastra*, a seguinte conformação:



O que se percebe a partir desse modelo, no qual, embora haja a intersecção, a Coroa permanece maior, é o estabelecimento de uma relação entre desiguais. Isto é, não significa dizer que aqueles que exerciam o comando na administração templária possuíam a mesma extensão de poder que aqueles que pertenciam à Coroa, mas que contavam sim com instrumentos político-ideológicos capazes de fazer com que suas demandas fossem atendidas e conseguissem exercer algum tipo de controle sobre as diretrizes da sociedade egípcia.

Contudo, um elemento fundamental para que a guerra ocorresse praticamente não é citado nessa pilastra: o exército. O que se percebe é o faraó atuando como a única força digna de ser levada em consideração no campo de batalha:

Agora Minha Majestade realizou uma demonstração de força com meu próprio braço[...] Eu saí na Terra, pronto para isso e valente. Então eles [fugiram precipitadamente] diante de [minha] Majestade, e suas cidades foram saqueadas (*Revelações da Sétima Pilastra*, In. REDFORD, 2003, p. 122).

Tal conceito pode ser visto também na *Cena de Triunfo de Tutmés III* (GALÁN, 1995, p. 194):

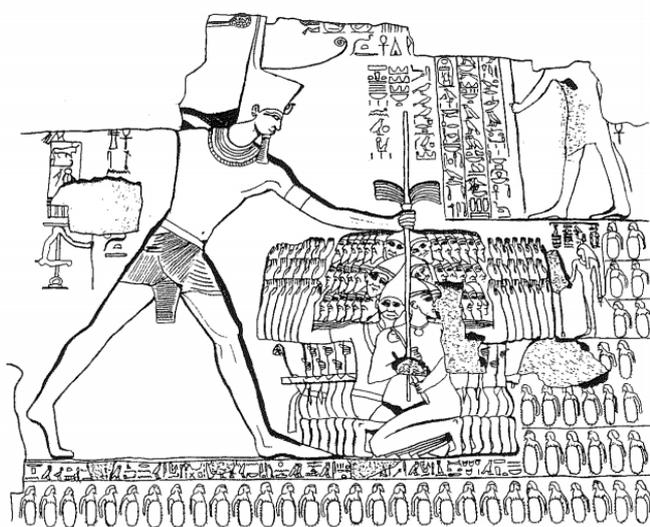
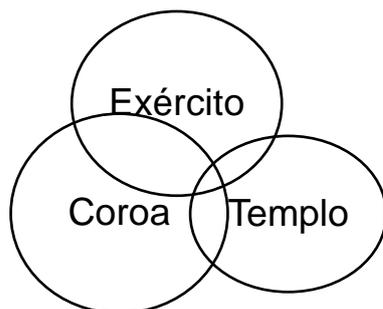


Fig.2: Triumph Scene of Thutmosis III on the 7th pylon at Karnak.

Conforme visto anteriormente, o faraó tinha entre suas funções o sacerdócio, a construção e a batalha. Assim, tanto o trecho referente, de acordo com Redford, à Segunda Campanha no Levante, quanto a *Cena de Triunfo de Tutmés III*, ambos presentes na Sétima Pilastra, entrariam em consonância com a ideologia propagada pela estrutura administrativa egípcia. Por outro lado, deve-se ressaltar que os próprios grupos da elite estavam presentes no governo egípcio, podendo ver o faraó como uma espécie de *primus inter pares*. As fontes escritas, como os textos de sabedoria, do final do Primeiro Período Intermediário e do Reino Médio, por exemplo, afirmam ser esperado do rei o cumprimento das habilidades e princípios estabelecidos para a elite (KÓTHAY, 2013, p. 482-483). Isso se torna um tanto mais significativo para o período Tutmessida, o qual tem início pela ascensão de um militar ao trono: Tutmés I (CLAYTON, p.101). Tutmés III, por seu turno, antes de assumir o trono, muito provavelmente teria liderado duas campanhas durante o reinado de Hatshepsut (O'CONNOR, 2006, p. 26). Esses dois elementos, associados a expansão egípcia, levam a crer na íntima relação estabelecida entre faraó e as camadas militares da sociedade. Em suma,

embora o faraó apareça como a única força militar realizando o massacre de estrangeiros (ver figura acima), não se deve deixar de lado o fato de que o monarca, socialmente, poderia ser visto como o representante do grupo militar. Desse forma, seguindo mais uma vez o modelo de Cruz-Uribe, temos, a partir da interpretação da pilastra de Tutmés III em Karnak, a seguinte configuração:



A partir desse modelo o que se percebe é a maior influência que os elementos militares exercem sob a Coroa quando comparados ao campo de ação dos templos durante a XVIII Dinastia. Mas não se deve esquecer que o inverso também é verdadeiro. Nesse período, uma política já presente no Reino Médio e que foi mantida pelas XVI e XVII Dinastias ganha força: os integrantes da Casa Real, inclusive os príncipes, possuem funções de liderança no interior da máquina militar (SHIRLEY, 2013, p. 568).

O que se percebe, então, é que a *Cena de Triunfo de Tutmés III* expressa dois elementos: por um lado, o faraó é representado como a força responsável pelas campanhas vitoriosas do Egito, sendo a única figura capaz de esmagar os estrangeiros do Levante. Por outro, ele pode ser visto como representante da classe militar, regido pelas mesmas regras e habilidades que os outros membros da mesma.

Para concluir, o que se percebe através da análise da Sétima Pilastra é que, enquanto a parte escrita possui alguns jogos de palavras e expressa implicitamente, através da figura da divindade, uma disputa de poder entre Coroa e Templos – Amon é a verdadeira figura no comando das campanhas militares – a imagem presente na construção representa o faraó como a figura maior, simbolizando seu protagonismo; é ele o responsável pelos grandes feitos do Egito em terras estrangeiras – elemento que perpassa também alguns trechos da narrativa. Contudo, não se deve perder de vista que as frações da elite que compunham o quadro administrativo do Egito, seja no campo civil, militar ou sacerdotal, viam no monarca um

representante de sua classe e, assim, de seus costumes e hábitos, o que facilitava a difusão desse discurso “despótico” – faraó como o único governante – ao longo das terras egípcias. Em suma, o que se pode perceber é que o faraó não é um déspota no sentido empregado pelos teóricos dos séculos XIX e XX, mas sim um representante do grupo dirigente da sociedade egípcia. Grupo esse, por outro lado, que não estava livre de tensões e disputas.

Bibliografia:

BRYAN, Betsy M., “The 18th Dynasty before the Amarna Period (1550-1352 BC)”, In. SHAW, Ian (org.), *The Oxford History of Ancient Egypt*, Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 218-271.

BUZBY, Russell, “Imperialism in Early New Kingdom Egypt”, In. *Kaleidoscope eyes: Sidney*, Outubro, 2002, p. 1-18.

CLAYTON, Peter A., *Chronicle of the Pharaohs: The Reign-by-Reign Record of the Rulers and Dynasties of Ancient Egypt*, London: Thames & Hudson Ltd, 1994.

FRIZZO, Fábio, “De Kamés a Amenhotep I: a Fundação das Bases do Império egípcio do Bronze tardio (1541-1493 a.C.)”, In. R. Mest. História: Vassouras, v. 12 n. 1, jan./jun., 2010, p. 25-40.

GALÁN, José M., *Victory and border: Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty*, Hildesheim: Gerstenberg, 1995.

KÓTHAY, Katalin Anna, “Categorization, Classification, and Social Reality: Administrative central and interaction with the population”, In. MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.), *Ancient Egyptian Administration*, Leiden: Brill, 2013, p. 479-520.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos, “Land Donations”, In. FROOD, Elizabeth, WENDRICH, Willeke (eds.), *Encyclopedia of Egyptology*, UCLA: Los Angeles, 2013.

O’CONNOR, David, “Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh”, In. CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (Orgs.). *Thutmose III: A New Biography*. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006, p. 1-38.

REDFORD, Donald B., “The Northern Wars of Thutmose III”, In. CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (Orgs.). *Thutmose III: A New Biography*. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006, p. 325-343.

REDFORD, Donald B., *The wars in Syria and Palestine of Thutmose III*, Leiden: Brill, 2003.

SHIRLEY, J. J., “Crisis and restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the advent of the Ramesses”, In. MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.), *Ancient Egyptian Administration*, Leiden: Brill, 2013, p. 521-606.

SPALINGER, Anthony, *War in Ancient Egypt: The New Kingdom*, Oxford: Blackwell Publishing, 2005.